

BC retém créditos ...

por Celso Pinto
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

os bancos estrangeiros poderão movimentar estes recursos, desde que se destinem a bancos brasileiros. Em outros termos, se um banco tinha, digamos, uma linha interbancária com certo banco brasileiro e decidiu não renová-la, terá o principal retido em seu nome numa conta do BC. Se quiser, poderá pedir ao BC para alocar este dinheiro para uma linha interbancária de algum outro banco

brasileiro. O que não pode é sacar os recursos e abrir com isto, um rombo nas contas de curto prazo.

Uma fonte ligada aos credores reclamou que esta iniciativa brasileira implica desrespeito de leis internas e contratuais dos países onde os bancos eventualmente atingidos tenham sede. A fonte entendeu a providência como uma radicalização desnecessária, exceto se as perdas de recursos de curto prazo tiverem sido muito maiores do que as autoridades têm declarado.

BC retém créditos no exterior

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de Brasília

Os bancos estrangeiros que decidirem não renovar as linhas de curto prazo para bancos no exterior não poderão reaver o principal.

O dinheiro ficará retido por tempo indeterminado, em nome do banco estrangeiro, numa conta do Banco Central (BC) brasileiro no exterior. O comitê dos bancos credores ameaçou contestar essa medida nos tribunais, segundo nosso correspondente em Washington.

Essa decisão, tomada na noite de segunda-feira, mas só ontem deglutida pelo mercado internacional, causou uma forte reação negativa. O objetivo da medida, segundo uma fonte qualificada do governo, foi evitar uma fuga das linhas de curto prazo, especialmente por parte dos pequenos e médios bancos norte-americanos — de onde, de

fato, estão ocorrendo os primeiros vazamentos.

O telex do BC começou a ser expedido no final da noite de segunda-feira. Durante o dia de ontem, a informação correu celereamente pelos mercados internos e internacionais. O Banco do Brasil (BB), contudo, operou sem grandes problemas, pelo que apurou este jornal.

O banco perdeu, nos últimos dias, algumas linhas de curto prazo, especialmente as comerciais, mas não a um nível preocupante. Ainda ontem, segundo uma fonte do banco, o BB conseguiu recuperar quase todas as operações que estavam vencendo. Para hoje, pode haver alguma reação maior.

Na verdade, o BC quis evitar que os bancos credores deixassem de renovar as linhas de crédito, usando a prática do "clean up". Pelo "clean up", quando o crédito de curto prazo vence, o devedor deposita o dinheiro no banco credor e este volta a emprestá-lo um ou dois dias depois. Isso é feito para avaliar a liquidez do tomador.

O BC temia que algum credor pedisse a devolução do crédito, no "clean up", e depois não o reemprestasse. Agora, no "clean up", o banco brasileiro, em lugar de depositar o dinheiro no banco credor, o coloca no Banco Central.

Os problemas de renovação de créditos de curto prazo têm surgido especialmente em operações com bancos norte-americanos de pequeno e médio porte (um deles é o American Express). Os grandes bancos norte-americanos têm mantido seus créditos com uma única exceção.

No caso de bancos de outros países, os problemas têm sido menores. O Banco do Japão, por exemplo, adotou uma postura bastante cooperativa: desde segunda-feira, tem oferecido recursos adicionais de curto prazo ao Brasil, se necessário.

A decisão do BC foi considerada pelos credores — que reagiram com indignação — como um passo adicional em direção ao confronto. Quando houve a suspensão do pagamento dos juros, na sexta-feira, o

Brasil deixou claro que ela atingiria apenas os juros devidos aos bancos privados em empréstimos de médio e longo prazo. As linhas de curto prazo estavam explicitamente ressalvadas.

A rigor, até o dia 31 de março está em vigor o acordo acertado com os bancos credores no ano passado e prorrogado no início deste ano. Por esse acordo, os bancos comprometem-se a manter inalterado o volume de empréstimos ao Brasil nas linhas de curto prazo, comerciais e interbancárias. Hoje, elas somam cerca de US\$ 15 bilhões.

Ao reter o principal de linhas de curto prazo não renovadas pelos bancos internacionais, o Brasil assegurou, à força, o cumprimento desse compromisso. A medida brasileira, no entanto, não tem prazo definido para terminar; deve, portanto, continuar em vigor mesmo depois de 31 de março. Os juros devidos nesses empréstimos de curto prazo continuarão a ser pagos normalmente.

Uma fonte do governo explicou que, apesar da retenção do principal,

(Continua na página 16)